Ñanduty
ISSN:2317-8590

AO PASSO DA HIPOTERAPIA: AGENCIAMENTOS MÚLTIPLOS NA MEDICINA CONTEMPORÂNEA

Ítalo Cassimiro Costa
(PPGAn / UFMG / CAPES - italocassimiro@gmail.com)

Resumo
PRETENDE-SE, NO PRESENTE ARTIGO, REFLETIR SOBRE AS MÚLTIPLAS FORMAS DE MEDICALIZAÇÃO DA VIDA QUE RESSURGEM NOS CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS. A PARTIR DO TRABALHO ETNOGRÁFICO EM CENTROS DE *HIPOTERAPIA* (TERAPIA ASSISTIDA POR CAVALO) DE MINAS GERAIS, CIRCUNSCREVO A RELAÇÃO DE COEXISTÊNCIA ENTRE TERAPEUTAS, CAVALOS, PRATICANTES DE HIPOTERAPIA, TRABALHADORES, FAMILIARES, EQUIPAMENTOS DE MONTARIA E TANTOS OUTROS ENVOLVIDOS NA BUSCA PELA MANUTENÇÃO DA SAÚDE POR MEIO DE UMA TÉCNICA QUE VEM GANHANDO CONTORNOS DIFERENTES EM CADA CONTEXTO. A PARTIR DESSE CHÃO ETNOGRÁFICO, A NARRATIVA QUE COMPÕE ESTE TEXTO SE ENCARREGA DE DUAS TAREFAS: PRIMEIRO, REFLETIR SOBRE A VINCULAÇÃO INTRA E INTERESPECÍFICA QUE TÊM COMO FINALIDADE A MANUTENÇÃO DA SAÚDE HUMANA POR MEIO DA HIPOTERAPIA; EM SEGUNDO LUGAR, DESLOCAR O ENTENDIMENTO SOBRE A MEDICALIZAÇÃO DA VIDA PARA O ÂMBITO DOS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA. O ARTIGO LEVA EM CONTA A MULTIPLICIDADE INEVITÁVEL DOS FENÔMENOS QUE COMPÕEM AS TRAMAS DA TÉCNICA E DO CORPO, AS PRÁTICAS DE TRATAMENTO E CURA, ASSIM COMO AS CATEGORIZAÇÕES MÉDICAS, AS QUAIS AO MODIFICAREM-SE TRANSFORMAM TODA UMA REDE DE AGENTES QUE BUSCAM A PRESERVAÇÃO DA SAÚDE POR MEIO DAS TERAPIAS COMPLEMENTARES. AFINAL, COMO JUSTIFICAR OS BENEFÍCIOS QUE A RELAÇÃO COM OS CAVALOS TRAZ PARA A SAÚDE SENÃO PELAS CONEXÕES COM A LINGUAGEM, PELAS HIPÓTESES CIENTÍFICAS OU PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS? ARGUMENTA-SE, PORTANTO, QUE PERSPECTIVAS UNIVERSALISTAS SOBRE AS CIÊNCIAS DO CORPO TENDEM A ABSTRAIR A COMPREENSÃO DOS FENÔMENOS E SUPRIMIR A PRODUÇÃO DAS EVIDÊNCIAS CIÊNTÍFICAS A UMA ESPECIALIDADE OU OUTRA, ENQUANTO A HIPOTERAPIA SE MULTIPLICA INTERDISCIPLINARMENTE EM FORMAS LOCALIZADAS DE OPERAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.
Palavras-chave: hipoterapia; ciência; agenciamento

Ñanduty
ISSN:2317-8590

AT THE PACE OF HIPPOTHERAPY: MULTIPLE AGENCIES IN CONTEMPORARY MEDICINE

Abstract
THE PURPOSE OF THIS PAPER IS TO REFLECT ON THE MULTIPLE WAYS OF MEDICALIZATION OF LIFE THAT RESURFACE IN CONTEMPORARY CONTEXTS. BASED ON THE ETHNOGRAPHIC WORK IN HIPPOTHERAPY CENTERS (HORSE ASSISTED THERAPY) IN THE STATE OF MINAS GERAIS, BRAZIL, I DELIMIT THE RELATIONSHIP OF COEXISTENCE AMONG THERAPISTS, HORSES, HIPPOTHERAPY PRACTITIONERS, WORKERS, FAMILY MEMBERS, RIDING EQUIPMENT AND SO MANY OTHERS INVOLVED IN THE SEARCH FOR HEALTH MAINTENANCE THROUGH A TECHNIQUE THAT HAS DIFFERENT CONTOURS IN EACH CONTEXT. FROM THIS ETHNOGRAPHIC GROUND, THE NARRATIVE IS IN CHARGE OF TWO TASKS: FIRST, TO REFLECT ON THE INTRA AND INTERSPECIFIC CONNECTION THAT HAS AS PURPOSE THE MAINTENANCE OF HUMAN HEALTH THROUGH HIPPOTHERAPY; SECOND, TO SHIFT THE UNDERSTANDING ABOUT THE MEDICALIZATION OF LIFE TO THE SCOPE OF SOCIAL STUDIES OF SCIENCE. THE PAPER TAKES INTO ACCOUNT THE MULTIPLICITY OF PHENOMENA THAT RELATES TECHNIQUE AND THE BODY, THE PRACTICES OF TREATMENT AND CURE, AS WELL AS THE MEDICAL CATEGORIZATIONS, WHICH MODIFIES AND IS MODIFIED BY AN EXTENSIVE NETWORK OF AGENTS THAT SEEK THE HEALTH MAINTENANCE THROUGH COMPLEMENTARY THERAPIES. AFTER ALL, HOW TO JUSTIFY THE BENEFITS THAT THE RELATIONSHIP WITH HORSES BRINGS TO HEALTH IF NOT BY THE CONNECTIONS WITH LANGUAGE, SCIENTIFIC HYPOTHESES OR PUBLIC POLICIES? IT IS ARGUED, THEREFORE, THAT UNIVERSALISTIC PERSPECTIVES ON THE BODY TEND TO ABSTRACT THE UNDERSTANDING OF PHENOMENA AND SUPPRESS THE PRODUCTION OF SCIENTIFIC EVIDENCE TO ONE SPECIALTY OR ANOTHER; WHILE HIPPOTHERAPY MULTIPLIES THE SITUATED FORMS OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE.
Keywords: hippotherapy; science; agency

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde, a fim de balizar diretrizes para os desafios de saúde do século XXI, publicou um relatório intitulado de *WHO global report on traditional and complementary medicine* (2019) com objetivo de estabelecer o compromisso de orientar novos rumos para a medicina moderna ocidental no que diz respeito aos tratamentos médicos "complementares".[1] Trata-se, no relatório, de repensar novas diretrizes sobre as terapias tradicionais e complementares no âmbito da saúde global, ao mesmo tempo em que considera os contextos específicos de cada país. Para apontar os caminhos, a instituição tomou como

[1] Na ciência médica, terapia complementar corresponde aos tratamentos adicionais que podem ser feitos simultaneamente com os tratamentos tradicionalmente desenvolvidos na ciência médica moderna ocidental.

ponto de partida a relevância com que a "*traditional and complementary medicine*" (2019: 5) tem aparecido nos debates atuais sobre saúde. Com aumento de expectativas das populações em relação aos recursos tradicionais e complementares de medicalização, os Estados se encontraram em meio ao debate que cresceu na contemporaneidade: o da medicalização "integrativa" ou "complementar". Através de políticas públicas voltadas para o controle e oferta das medicinas tradicionais e complementares a OMS afirma que "*many countries are seeking to expand coverage of essential health services at a time when consume rexpectations for care are rising*" (2019: 5). Posto como um desafio caro, não só para os Estados e para as medicinas contemporâneas, mas também para os agentes envolvidos nessa relação, esse cenário capilarizou se tornando parte de debates científicos e políticos em sua mais variada forma. Ao mesmo tempo, ressuscitou controvérsias antigas em torno dos saberes legitimados e dos chamados "periféricos".

Somado às novas diretrizes sugeridas pela OMS a respeito das medicinas complementares e terapias alternativas, o crescimento considerável dos debates científicos que trazem os agenciamentos de não-humanos para seu centro fez com que essas questões se acoplassem às experiências éticas, políticas e morais de maneira mais contundente. Seja no âmbito da antropologia, ou na esfera das ciências da saúde, os organismos vivos até então destituídos do estatuto de agentes ativos passaram a integrar, com maior importância, o quadro analítico dessas ciências que levam em conta a relevância da agência de não-humanos para a manutenção da vida humana. No caso da antropologia, passou-se a reconsiderar a relevância epistemológica e política desses agenciamentos na constituição de campos de pesquisas baseados na dicotomia "humano/não-humano". E nos últimos vinte anos, ressurgiu também um campo de estudos que passou a ser denominado como "relações humano-animal" (Segata et al. 2017: 9).

Já nas ciências da saúde o agenciamento dos não-humanos, inevitavelmente, é parte constituinte dos seus saberes e das suas técnicas - porém nem sempre intercedendo no diálogo com as ciências sociais. Desde que os naturalistas passaram a estudar as relações de coexistência entre espécies animais e vegetais em uma biota (predação, parasitismo, mutualismo, comensalismo ou simbiose), a atenção com os não-humanos nas ciências modernas redobrou. Essa atenção é notória no século XIX se olharmos para as descobertas na microbiologia de Robert Koch (1845-1910) e Louis Pasteur (1822-1895) sobre as agências bacterianas e suas possibilidades de causar patologias – como a tuberculose ou a raiva.

Mas, recentemente, os agenciamentos não-humanos (sobretudo dos animais e plantas domesticados) passaram a ocupar papeis mais colaborativos nas ciências, como no caso de corpos comensuráveis dos camundongos e seus "organismos-modelo" (Leonelli & Ankeny *apud* Souza 2017: 277) utilizados em experimentações e descobertas de medicamentos e vacinas. Desde o crescimento do mundo industrial, aponta Kendra Coulter (2016), esses animais passaram a desempenhar papeis de trabalhadores em uma gama de possibilidades de ação ainda maior, compondo "redes e relacionamentos entre o setor corporativo, governos e ciência pública e privada." (Richard Twine *apud* Coulter, 2016: 115, tradução minha). Nessa esteira surgiram também os animais co-terapeutas (Pavão 2015: 194) como protagonistas dos tratamentos a base de zooterapia, observa Teixeira (2016: 390-424).

Portanto, com intuito de suscitar esse diálogo, a questão central que trago para esta análise está situada nos agenciamentos protagonizados por animais partícipes da ciência - neste caso, das ciências da saúde. Tomando como fio condutor as terapias assistidas por animas, privilégio a hipoterapia como objeto de análise que volta-se para o problema da medicalização na contemporaneidade por meio do uso de animais vivos.

Hipoterapia é uma técnica terapêutica que tem o animal cavalo como agente terapêutico indispensável, ou seja, enquanto um elemento condicionante da prática.[2] Neste caso, os movimentos que o cavalo faz ao caminhar *ao passo* - expressão utilizada para definir o ritmo lento da caminhada do cavalo - funcionam como uma espécie de *princípio ativo* do tratamento, porém, menos como ação bioquímica de algum fármaco, e mais como eficácia simbólica em que "a cura consistiria, portanto, em tornar pensável uma situação dada inicialmente em termos afetivos, e aceitáveis, pelo espírito, dores que o corpo se recusa a tolerar.", sugere Lévi-Strauss (2008: 213).

Entretanto, a história de co-habitação entre humanos e cavalos não é recente. Afinal, antes de servir como agente terapêutico, arqueólogos afirmam que o animal cavalo era tido como potencial presa durante as caças. Vestígios arqueológicos apontados por Bemilli & Bayles (2009: 38) indicam a relação de predação dos humanos sobre os cavalos desde a era aurignaciana (início do Paleolítico Superior) em Solutré, na França. Já outros contextos desse mesmo período registrados pelos estudos de Bernáldez-Sánchez & García-Viñaz (2019: 9) demonstram uma variação desse cenário em que outras possíveis relações significativas para

[2] Mais adiante, exploro com profundidade o conceito de hipoterapia, suas variações e o termo nativo *ao passo,* que explica o título deste texto.

essa história de co-habitação também puderam ser notadas através de representações rupestres de variados tipos morfológicos do gênero Equus onde "*Palaeolithic painters probably depicted the only surviving horse species which could have had the shape of a current 'tarpan' with a short mane and longer ears*.". A partir daí é possível notar que com o passar do tempo novas formas de se relacionar com os cavalos fizeram parte, tanto material quanto simbolicamente, da construção histórica de muitas culturas humanas.

Mais recentemente, na história moderna, o termo *culturas equestres* foi introduzido em estudos sociológicos. Como pode ser notado nos trabalhos de Adelman & Thompson (2017: 2), as autoras definem o termo como "*historical lyevolving modes of human/horse interaction which include forms of working (and playing) together, tools and technologies, and forms of knowledge and other deep symbolic constructions.*". Assim, a partir de um olhar atento às transformações globais e locais das relações humanos/equinos Pickel-Chevalier (2017: 101) constata uma importante ampliação dos significados atribuídos ao animal cavalo na França que, sob os símbolos do "*affection, pleasure and the construction of self*", foram profundamente transformados a partir da segunda metade do século XX sob uma nova hegemonia americana "*encouraging the inclusion of horse riding in the leisure and consumer society, as well as there invention of the human–horse relationship through the dream of na alter ego*.".

É a partir desse mesmo contexto euro-americano que são importadas muitas das práticas médicas experimentadas no Brasil atualmente, a fim de modernizar nossas políticas públicas da pasta da saúde. Nessa direção, surgiram as redes de profissionais em terapias assistidas por cavalos.

Como um fenômeno notável da modernidade, as marcas da busca pelo *bem-estar* estão cada vez mais visíveis na criação de leis, signos, agentes terapêuticos (humanos e não-humanos) e instituições promotoras de bem-estar e saúde. O sociólogo da modernidade, Giddens (1991: 110), notara em sua obra *As consequências da Modernidade* que essa busca não se trata meramente de uma negação das externalidades do corpo (como os problemas sociais da vida), ou de um estágio individual de auto-percepção e consciência psíquica, mas pelo contrário:

> Uma 'busca de saúde e bem-estar' dificilmente soa compatível com 'perderam o interesse pelo mundo exterior'. Os benefícios do exercício ou da dieta não são descobertas pessoais, mas vêm da recepção, por parte do leigo, do conhecimento perito, como ocorre no apelo da terapia ou da psiquiatria. (1991: 110)

No Brasil, essas externalidades podem ser vividas por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, a PNPIC, o Estado tem buscado legitimar e

regulamentar a inclusão de algumas terapias nos tratamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como é o caso da fitoterapia, medicina tradicional chinesa/acupuntura, a medicina antroposófica, crenoterapia dentre outras. Ainda que a hipoterapia não tenha entrado para o catálogo do SUS, isso não impediu que a prática se espalhasse pelo Brasil desde o fim dos anos 1980 no âmbito de serviços privados. Pelo menos no caso de Belo Horizonte, um dos relatos de campo se refere a uma família que teria supostamente se tornado a pioneira da hipoterapia na cidade ao empreender centros equestres.

Além disso, muitos procedimentos terapêuticos e substâncias farmacológicas integrantes dessa política têm suas origens animais ou botânicas. Em 2017, a PNPIC incorporou quatorze outras terapias no SUS:[3] arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa e yoga (2018: 9). Além disso, uma lei federal (nº 13.830/2019), sancionada em 2019, regulamenta em outra instância a prática da hipoterapia no Brasil e define regras para a formação técnica de profissionais com intuito de legitimar e profissionalizar a condução das sessões terapêuticas.

Em meio aos apontamentos trazidos até este momento do texto é mais profícuo aqui pensar as confluências entre mundos que frequentemente são separados. Diferentemente do raciocínio segmentário, os diversos contextos pelos quais atravessam o conceito e a prática da hipoterapia são construções multifacetadas, não restritas aos seus respectivos compartimentos das especialidades científicas. Mesmo que, por motivos operantes e éticos, um especialista em bioética ou um agente da lei sejam cerceados de conduzir uma sessão terapêutica por falta de conhecimento técnico-terapêutico, suas decisões em outros campos da vida trarão mudanças, algumas vezes controversas, na condução de uma prática médica e nas vidas envolvidas. Seja por uma decisão técnica sobre o uso de medicamentos, ou pela regulamentação da prática, existem tantos modos outros de se fazer a hipoterapia que não é mais suficiente pensar a relação entre pessoas e cavalos de forma objetificada na eficácia terapêutica.

Por isso, a princípio, chamo atenção para a relação perpendicular (ou antiparalela) da hipoterapia com os tratamentos farmacológicos através dos alopáticos. A partir das notas que tomei em campo sobre as trajetórias terapêuticas daquelas pessoas que buscam a hipoterapia,

[3] Vale lembrar que a inclusão dessas terapias no quadro do Sistema Único de Saúde (SUS) são apenas chancela regulamentada pelo Ministério da Saúde brasileiro para que profissionais da saúde prescrevam esses tratamentos, e não quer dizer que estes tratamentos sejam ofertados comumente e de forma abrangente em toda a rede.

alguns interlocutores problematizaram o uso de drogas alopáticas por falta de eficácia, bem como pela presença de efeitos colaterais. Já outros veem na hipoterapia oportunidades pedagógicas, atribuindo aos fármacos o protagonismo do tratamento. Essa relação peculiar de diferenciação constante entre uma rede de interlocutores e outra é voltada para a manutenção da saúde humana através da relação direta com o cavalo. Entretanto, quais condições permitem que o animal cavalo seja visto como aliado no tratamento, sem maiores riscos colaterais - diferentemente dos fármacos? Como a confiança no cavalo opera toda a cadeia de relações terapêuticas antes, durante e após as sessões de hipoterapia? Ou, como sugere Pavão (2015: 243), "o que é que cavalo sabe?" e pode fazer a ponto de poder ajudar na reabilitação? As consequências dessa diferenciação não necessariamente se traduzem em oposição ou assimilação aos regulamentos equestres. Antes disso, ela passa pelo cruzamento constante do comportamento do cavalo com as regras de adestramento e as possibilidades de agenciamentos terapêuticos a partir das sessões. Tudo passa pela negociação constante entre terapeutas, praticantes de hipoterapia, cavalos e objetos equestres para condução do cavalo.

As notas que tomei *in loco* serão exploradas neste texto a fim de ilustrar as formas de ressignificação e as conformações particulares da hipoterapia. Portanto, é a partir da ocorrência dos cruzamentos e das alianças em campo que coloco o problema da medicalização face ao eixo universalizado e positivista do aparato legal[4] da hipotarapia. Entende-se, desse modo, que a agência do cavalo é continuamente traduzida por processos ímpares de domesticação mútua entre cientistas e cavalos terapeutas. Nesse caso, as experiências relatadas pelas pessoas que praticam a hipoterapia dizem respeito ao que uma boa parte das medicinas modernas ocidentais tem apreendido mais recentemente: a dimensão de experiência da pessoa e do animal sob perspectivas holísticas. Esses modelos são rizomas, tal como descritos por Deleuze & Guattari (2017: 22), e passam a operar as conexões entre humanos e cavalos em "cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas." (2017: 22). Aqui, o rizoma é pensado a partir do contexto etnográfico para entender as medicinas complementares que utilizam o cavalo como agente terapêutico em suas formas particulares por meio de interlocução, redefinições dos conceitos universalistas e a disposição em reconstruir alianças com outros modos de fazer saúde. É o reconhecimento dessa perspectiva que torna possível a análise reflexiva sobre a

[4] Adiante, analiso o que chamei de teor positivista da Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019.

hipoterapia no campo da antropologia. A esse respeito, Letícia Cesarino (2015: 2) nos ajudou a pensar cenários como este, onde "modos de conhecimento e técnicas não-modernos" podem se articular de forma periférica.

Para apresentar os argumentos que sustentam este texto, inicio com os conceitos-chave da hipoterapia e seus descentramentos científicos e políticos considerando que o cavalo e seus acoplamentos são fatores indispensáveis para a técnica terapêutica a qual me refiro. A medicalização complementar, em particular as terapias assistidas por cavalos, desafiam os postulados convencionais das ciências modernas cujo entendimento do corpo tende a ser universalista. Sendo assim, face ao problema da tendência postular universal, primeiramente apresento relações que envolvem responsabilidades compartilhadas; responsabilidades intra e interespecíficas que se conectam aos modos outros de fazer medicina complementar por meio dos saberes hipoterapêuticos que friccionam a medicina global. Nesse sentido, a produção das evidências e dos fatos científicos me parece crucial para o entendimento deste trabalho.

Na definição conceitual do que vem a ser hipoterapia, a corrente mais aceita pelos interlocutores defende a tese de que o movimento do andar do cavalo estimula impulsos eletroquímicos no sistema nervoso sináptico e central do praticante terapêutico e isso proporciona "benefícios" pedagógicos e/ou para a saúde, dependendo de cada diagnóstico.[5] Já na segunda seção do texto, pretende-se apresentar dados de campo que renunciam o entendimento universalista da ciência, se deslocando para outros domínios do conhecimento científico. Esse deslocamento parte dos postulados das ciências médicas convencionados em um modelo moderno ocidental, rumo à contextos da medicalização complementar que se apropria das agências do cavalo para a construção da sua realidade. Isso me leva a concluir que os espaços disputados pelas instituições, pelas pessoas e pelos animais são previamente definidos, mas constantemente adaptados e alterados de acordo com as experiências contextualizadas.

A EFICÁCIA EQUINA: QUANDO O CAVALO VIROU AMIGO

Há muito para se debater a respeito das relações entre humanos e não-humanos. Desde a concepção dicotômica destes termos, por vezes tautológicos (uma vez que lidamos com a

[5] A hipoterapia é prescrita, na maioria dos casos, para pessoas com diagnósticos relacionados ao neurodesenvolvimento. A esse respeito ver "Somos nosso cérebro? Neurociências, subjetividade, cultura", de Fernando Vidal e Francisco Ortega (2019). Na obra os autores trazem estudos da filosofia das neurociências para pensarem o surgimento do "sujeito cerebral" nas sociedades modernas.

relação e não com a classificação dos seres), até o processo de diferenciação e classificação. A fronteira que definiria onde começa o "humano" e termina o "não humano" continua incerta. Entretanto, não é o objetivo deste texto apresentar epistemologicamente o uso destes termos, mas discutir a relação interespecífica a partir de um conjunto de registros etnográficos.

Contudo, é também em meio a essas incertezas que surgem formas distintas de se referir aos animais não humanos. Na tradição moderna ocidental a tendência epistemológica em pensar as relações em formatos dicotômicos contribuiu para a oposição abstrata entre animalidade e humanidade, suprimindo toda a relação multiespecífica. Em contrapartida, os animais não humanos se fizeram presentes no decorrer da história de coabitação nos forçando a repensar a *relação* muito mais do que a dicotomia. A reconsideração só foi possível após a longa história de relação intensa e de contato mútuo com os animais ao longo do que Donna Haraway (2003: 2) entende como uma "relação antiga na estória de coabitação, coevolução e sociabilidade incorporada entre espécies" (2003: 2).

O presente contexto etnográfico me permite demonstrar preocupações éticas e epistemológicas e dar visibilidade para a importância crucial do trabalho feito pelos cavalos ao participar da relação terapêutica. Ambas as preocupações podem ser levadas a cabo para pensar o surgimento do "animal *sujeito* nas etnografias recentes, substituindo o antigo animal *objeto* descrito como símbolo ou coisa utilizável." (Segata et al. 2017: 10).

As práticas de terapia interespecífica já aconteciam antes mesmo do aparecimento de termos e categorias modernas capazes de defini-la. Segundo a antropóloga Ivana Teixeira (2016: 390), essa técnica tem sido datada do século IX.[6] Desde então os animais não humanos despontaram, de modo imprevisto, como terapeutas (Teixeira 2016: 390). Seja em tempos remotos ou contemporaneamente, "a zooterapia enquanto técnica de cuidado humano através da mediação animal se desenvolve no seio do sistema de saúde ocidental convencional." (Teixeira 2016: 390). Além de *mediação animal* e *zooterapia*, o termo *Terapia Assistida por Animal (TAA)* entrou nas classificações biomédicas mais recentemente. Tradução de *Animal Assisted Therapy (AAT)*, essa sigla vem ganhando força nas áreas das ciências da saúde como a medicina, fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia e afins. Quando

[6] Apesar dessa datação, registros apontarem primeiro Hipócrates (458-377 a.C.), e depois Galeno (129–217 d.C), como pioneiros na defesa da hipótese do benefício da montaria a cavalo para a saúde humana. Ver em "A hipoterapia na medicina de reabilitação" (1997: 44-46), texto do fisiatra Luiz Antônio de Arruda Botelho.

empregadas, as TAAs (ou AATs) designam práticas de medicalização integrativa que utilizam animais – comumente cachorros, cavalos e gatos - como parte indispensável dos tratamentos.

No Brasil, a terapia assistida por animal ficou conhecida como *zooterapia* e foi introduzida pela psiquiatra Nise da Silveira. Nise, contribuindo para o debate que recolocou a agência dos animais não-humanos no centro, como colaboradores; tornou a relação de troca entre os corpos, cuja interação depende da interpretação constante dentre eles, cada vez mais válida como uma prática complementar aos tratamentos farmacêuticos e/ou internações. A psiquiatra brasileira se tornou personagem fundamental para implantação desse tratamento no Brasil. De acordo com os estudos de Felipe Magaldi (2018: 176) sobre a genealogia da psiquiatria rebelde de Nise, a médica apresentava uma crítica aos próprios companheiros de trabalho da medicina. Ela ficou conhecida como uma psiquiatra que introduziu a afetividade como recurso terapêutico junto aos "pacientes" (que ela mesma preferia chamar de "clientes") do Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro. Nise era veementemente contra a lobotomia, os eletrochoques e as *camisas de força* como métodos terapêuticos e em resposta a isso introduziu os animais, as plantas e a arte como mediadores das terapias:

> Fazia-se ainda presente na relação com os animais, em especial os cães e os gatos, que circundavam os espaços pelos quais a psiquiatra passava, na condição de co-terapeutas no ambiente na criação. Este fator também causava incômodo entre seus colegas médicos, que chegaram a denunciar a psiquiatra ao Instituto de Veterinária, para que os animais fossem expulsos. O caso culminou na trágica matança dos animais. (2018: 176).

Todavia, a resistência por parte dos companheiros de Nise não se justificava pela falta de comprovação da eficácia do método proposto pela psiquiatra. Era uma resistência política que temia que o método de Nise abalasse os alicerces, diria Ivan Illich (1975: 9), da empresa médica daquela época. Só após as evidências dos resultados positivos terem sidos apresentados pela médica o método terapêutico da psiquiatra passou inevitavelmente a ter aceitação maior na comunidade que não só testava, mas implementava o modo Nise de tratamento, espalhando-o pelo país e pelo mundo. Concomitantemente, no contexto estadunidense dos anos 1970, eclodiam relações multiespecíficas em territórios da ciência moderna, aonde "o termo 'animal de companhia' emergiu no trabalho médico e psicossociológico nas faculdades de veterinária e nos locais relacionados a partir da metade dos anos 1970." (Haraway 2003: 5).

Nesse âmbito, procuro estabelecer correlações inspiradas nos contextos acima mencionados ao enfocar questões relacionadas às terapias assistidas por animais com atenção particular à hipoterapia. Por meio de apontamentos etnográficos, o esforço a seguir é

compreender como o cavalo pode ajudar nos tratamentos e "reabilitações" ao se envolver com os praticantes da hipoterapia através de seus comportamentos e agenciamentos extra-sessão.

"FATORES *SOCIAIS*" NA HIPOTERAPIA

Grosso modo, a hipoterapia pode ser entendida como uma técnica terapêutica que se beneficia da relação com o cavalo para poder aplicar seus métodos de reabilitação. Para tanto, ela depende, condicionalmente, da participação e atuação deste animal. Nas recomendações passadas pelas instituições regulamentadoras, o mais aceitável é que os cavalos da hipoterapia sejam animais de temperamento dócil, de médio porte e totalmente domesticados, os quais são, geralmente, cavalos mais velhos e de doma fácil. Tudo isso para contemplar um espectro maior de atendimento à diversidade de pessoas que podem necessitar da terapia.

Esse não é um serviço acessível financeiramente, tampouco difundido no cotidiano. Longe de ser uma prática muito conhecida no meio médico e pelo público em geral (pelo menos por agora), poucas pessoas já ouviram falar em hipoterapia, embora existam termos diferentes para designar terapias assistidas por equinos – Hipoterapia, Equoterapia, Terapias e Atividades Assistidas com Equinos (T/AAE) ou Psicoterapia Assistida por Cavalos. Em suma, esses termos são criados por diferentes associações e centros de treinamento e adestramento de cavalos, gerando então uma polissemia científica.

No Brasil, desde os anos 1980, temos duas associações que promovem atividades e terapias assistidas por cavalos: a Ande (Associação Nacional de Equoterapia), que patenteou o termo "equoterapia",[7] e a Abre - Associação Brasileira de Reabilitação Equestre.[8] Em outros países, existem associações como a Eagala – *Equine Assisted Growth and Learning Association* - e a Path Intl - *Professional Association of Therapeutic Horse man ship International* (EUA); Ises – *International Society for Equitation Science* (Canadá); Anire – *Associazione Nazionale Italiana Riabilitazione Equestre* (Itália); AEBC – *Australian Equine Behaviour Centre* (Austrália); Efeta – *Equine Facilitated Education and Therapy Association* (Irlanda); DKThR - *Deutsche Kuratorium für Therapeutisches Reitene.V*. (Alemanha), dentre várias outras organizações espalhadas pelo mundo.

[7] O termo "Equoterapia" não foi adotado neste trabalho por motivos éticos e legais. Como o nome virou uma patente, procurei evitar eventuais transtornos de ordem legal caso eu empregasse a palavra de modo inadequado. Além disso, em um dos meus campos da pesquisa etnográfica, os terapeutas renunciam o uso do termo "equoterapia" por discordarem politicamente da instituição que a patenteou. Portanto, *hipoterapia* é o termo mais adequado para este contexto.

[8] Ambas as associações são referências usadas pelos interlocutores do campo de pesquisa. Cada campo, portanto, possui seus posicionamentos diante destas associações.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

De certa maneira, as instituiçõesequestres se conectam com os modelos integrativos e complementares. A constante ressignificação ética e simbólica que essas associações institucionais fazem diante da relação humanos/cavalos passa também pelas conexões que a hipoterapia tem com os modelos integrativos e complementares de medicalização nas sociedades urbanas e rurais.Em cada clínica, centro terapêutico, rancho, haras ou hípica, o serviço da hipoterapia cumpre papeis diferentes. Em alguns lugares ela é performada com fins médico-pedagógicos. Em outros, com finalidades estritamente médicas. Portanto, cada contexto vai produzir suas próprias evidências - sejam elas consideradas científicas ou não.[9]

Além disso, a hipoterapia pode não só romper com aquelas noções instituídas até o final do século XIX, de que os animais eram meras máquinas reconhecidas pelos seus "diferentes graus de agência", constatou Pavão (2015: 197), como também questionar as expectativas funcionalistas da relação entre humanos e cavalos colocando o cavalo como um agente potencial para produzir a socialização, e não apenas como uma máquina de produzir movimentos motores.

CAMINHAR *AO PASSO*: ALGUNS APONTAMENTOS ETNOGRÁFICOS

O exercício descritivo que aqui apresento está baseado em pesquisa de campo realizada desde 2018,[10] quando comecei minha imersão no universo da hipoterapia. Na ocasião, visitei três espaços de hipoterapia localizados na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.[11] Em todos eles o termo *ao passo* marcou os diálogos durante as minhas incursões a campo por se tratar de uma expressão que se refere ao protocolo de segurança que deve ser seguido na sessão de hipoterapia. Trata-se do ritmo em que o cavalo deve caminhar sob a montaria de um praticante de hipoterapia. "Ao passo" designa a este ritmo de andada do cavalo,

[9] Muito se fala a respeito de uma controvérsia envolvendo a idade mínima que uma pessoa pode subir ao dorso de um cavalo para realizar atividades de hipoterapia. Alguns interlocutores seguem uma literatura científica que diz que a idade mínima que uma pessoa deve ter é o seu primeiro ano de vida. Outros defendem a ideia de que em qualquer idade da vida uma pessoa pode praticar a hipoterapia.

[10] Há três anos atrás, iniciei a jornada no mundo da hipoterapia através de uma articulação entre a professora de uma disciplina optativa que cursei durante minha graduação e um centro de hipoterapia, ao qual ela me indicou quando exprimi minha curiosidade referente aos possíveis tratamentos terapêuticos que utilizam recursos não humanos. A disciplina da qual me refiro foi cursada em 2018 e registrada sob o nome de "Transtornos do espectro do autismo: recursos para inclusão escolar".

[11] As paisagens geográficas destes lugares apresentam características rurais. Os centros de hipoterapia ou ranchos (como são chamados alguns espaços menores) dos quais tenho visitado durante a pesquisa estão localizados, em sua unanimidade, em áreas afastadas dos grandes centros urbanos hiper-congestionados pelas atividades da metrópole. As características rurais são notáveis e muitas vezes almejadas por essas redes.

e é o ritmo mais lento que o cavalo pode andar.[12] Portanto, caminhar *ao passo* é a medida mais prudente que o cavalo pode tomar durante uma sessão terapêutica. E quase sempre rodeada de no mínimo duas pessoas (o praticante e o terapeuta), a agência do cavalo estará sob a tutela dessas pessoas ali presentes.

Além disso, os equipamentos que se acoplam ao cavalo são indispensáveis para a comunicação entre ele e as pessoas. São usados para evitar atritos corporais e possíveis ferimentos ao cavalo, e também para promover conforto e segurança de montaria. São esses instrumentos:[13] a sela (objeto que vai acima do dorso do cavalo), "barrigueira" (cinta que, conectada à sela, passa pela barriga e firma a sela tencionando uma a outra), manta ou "pelego" (tecido que fica entre o dorso e a sela para evitar atrito direto, podendo ser ele feito de pele de carneiro ou outros animais), cabrestos (conjunto de cordas que envolve a face do cavalo e serve como guia básico), "cabeçada", (conjunto de cordas que envolve a face e usado para montaria), embocadura (material feito para acoplar à boca do cavalo e a cabeçada), rédeas (par de cordas que se conecta à embocadura e à cabeçada), estribos (par de arco pendurado nas laterais para encaixar os pés da pessoa sobre o dorso). Cada um destes com uma função atribuída, mas nem sempre demandam utilização.

Na área principal de um destes estabelecimentos, o pátio que abriga os animais, foram-me apresentados seis equinos, sendo duas com os nomes[14] de Estrela e Vitória, e quatro cavalos chamados Oscar, Nilo, Expoente e Thor. Nem sempre os mesmos equinos são usados pelos mesmos praticantes.[15] O rodízio com os cavalos é feito de acordo com a saúde, o cansaço e o estado de docilidade deles em comparação com o praticante que irá montá-lo. Nesse momento, avalia-se a idade e a capacidade de "consciência corporal" desses "praticantes".

Conseguinte, a partir dos contingentes etnográficos, trago alguns acontecimentos que afetaram os resultados dessa pesquisa de tal forma que a minha participação nas sessões hipoterapêuticas se deu por meio de uma relação pedagógica e de experimentações com o meu próprio corpo em relação ao cavalo. No que se refere aos benefícios que as práticas equestres

[12] A saber, os outros ritmos são "trote" (velocidade intermediária e que exige certo controle por parte da pessoa que monta) e "galope" (ritmo mais acelerado, utilizado em competições de hipismo e que exige um controle total da situação sobre o dorso do cavalo).
[13] As expressões usadas para designar esses instrumentos variam de um contexto a outro. Neste texto, optei por deixar sem aspas os termos usados em grande parte do Brasil, e entre aspas aqueles termos utilizados pelos meus interlocutores da região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais.
[14] Todos estes nomes são fictícios para proteger as privacidades locais.
[15] Nome dado às pessoas que praticam a hipoterapia.

levam ao humano, as justificativas médicas e veterinárias reforçadas pelos terapeutas da clínica[16] vão diretamente ao encontro com a hipótese de que o andar do cavalo, durante a atividade equestre, proporciona à pessoa que o monta um "movimento tridimensional no corpo" (para cima/para baixo, para frente/para trás e para um lado/e outro). Essas atividades fisiológicas e motoras, conhecidas como *cinesioterapia*, são acionadas prioritariamente na construção de fato hipoterápico. Segundo o conceito de cinesioterapia, esse movimento desencadeia três efeitos no corpo da pessoa: 1) o movimento da bacia provocado pela deslocação do dorso do animal; 2) o impulso do tônus humano que estimula o sistema nervoso fazendo com que altere as atividades cognitivas da pessoa e; 3) a comunicabilidade com o animal. Essa é a tese central da hipoterapia. Apesar de apresentar variações contextuais, a concepção desse método terapêutico só foi possível porque ingressou no debate científico com argumentos carregados e defendidos desde tempos remotos como construção de um fato (Latour & Woolgar 1997: 101). Diante disso, podemos observar justamente que a emergência de determinadas práticas técnicas que são tomadas como fatos científicos "não dizem respeito ao contexto social e histórico de que depende a construção de um fato", como bem apontaram Latour & Woolgar (1997: 101).

Não por acaso, em abril de 2019, a Presidência da República do Brasil sancionou um projeto de lei que tramitava no senado desde 2010 - PL de autoria do senador Flávio Arns, PSDB/PR – que dispõe sobre a prática da hipoterapia como "método de reabilitação que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação voltada ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência" (Lei nº 13.830, 13 de maio de 2019). A norma foi sancionada e entrou em vigor em novembro de 2019.

Esta norma deixa evidência de como as questões equestres que escapam do fator técnico podem ser apropriados de formas distintas, e, neste caso, apropriadas pela trama política-judiciária do país. Como defender a compra de insumos equestres com dinheiro público voltado para a pasta da saúde? Essa indagação, feita por uma das minhas interlocutoras, mune as evidências de que a hipoterapia não mais é assunto privado, sob a égide das auto-regulamentações privadas do debate.

[16] Na maioria dos casos, os hipoterapeutas são qualificados por meio de cursos de hipoterapia oferecidos pelas associações nacionais supramencionadas. Certificados de que são capacitados para operarem as sessões de forma segura, este regulamento também se valida e é respaldado por uma lei recentemente criada no Brasil, e a qual adiante mencionarei.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

DIFERENCIAÇÃO E DEVIR: DOMESTICAÇÃO MÚTUA E TRIANGULAÇÃO

Como Haraway (2003: 5) bem defendeu, a relação simbiótica entre animais humanos e não-humanos passa pela coexistência, em espaços e tempos comuns, de espécies diversas. Tal coexistência, segundo a autora, leva em conta a companhia de não humanos na constante história da evolução terrestre até os dias de hoje. O conceito de "espécies de companhia" ou "espécies companheiras" remete ao que a autora sublinhou: não pode existir apenas uma espécie de companhia; tem de haver pelo menos duas para fazer uma. Isto está na sintaxe. (Haraway 2003: 5). E está também diretamente ligado ao fator relacional, circunstancial e coletivo de cada momento da história da coabitação.

Aliado a isso, o exercício de comparação enquanto categoria analítica tem fomentado importantes impasses políticos e epistemológicos, principalmente aquela comparação que apresenta um objetivo e uma finalidade já pré-definidos antes mesmo da contextualização campal, como chamou atenção Ingold (2005: 9): a pesquisa sobre a verdadeira natureza das semelhanças e diferenças entre nós e os outros animais permanece incipiente e não deveria ser cerceada por supostos apriorísticos acerca da preeminência dos humanos (Ingold 2005: 9). Baseado nessa afirmação, Ingold traz ao debate a problemática da comparação interespecífica no campo epistemológico. Para ele, qualquer afirmação pré-concebida na ideia de compatibilidade ou incompatibilidade com o que convencionou-se chamar *humanidade* tem seu intuito antropomorfo calcado nos pressupostos das teorias biológicas. Tanto em Haraway quanto em Ingold o problema está centrado na relação de comparação, seja pela compatibilidade, ou pela incompatibilidade, de corpos.

O problema, no entanto, não caminha exclusivamente na direção comparativa entre animais humanos e animais não-humanos. Há também uma busca incessante pela comparação e diferenciação intraespecíficas dos corpos humanos.[17] Não menos importante, as comparações intraespécies podem acabar passando por um tipo de estigmatização, sobre a qual Erving Goffman (2004: 7) bem conceituou. Há pelo menos três tipos de estigma levantados pelo sociólogo, sendo que apenas um deles diz respeito ao risco da comparação intraespecífica, o estigma das abominações do corpo:

> um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra,

[17] Nesse ponto, o texto poderia caminhar para a problemática da deficiência (enquanto categoria e enquanto experiência). Contudo, dadas as limitações de espaço, o que destaco é o conceito de *estigma* que às vezes é associado às experiências da deficiência.

> destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. (Goffman 2004: 7).

A leitura de Goffman ajuda a pensar não só a definição conceitual, mas o processo de ressignificação do que é *estigma*. Ao analisar dados de campo até agora produzidos, notei que outros sentidos a respeito do corpo humano foram colocados em curso durante as interações. Ainda que, demarcados pelas "características diferentes das que havíamos previsto", as pessoas cujos corpos estão sob constante análise biomédica estranham toda e qualquer definição apriorística atribuída à elas. Não só estranham, como também reconstroem caminhos que levam à "inclusão social" - e suas respectivas ações - no centro dos debates tecnopolíticos atuais. E a cada ruído vivido no processo intenso de um "indivíduo" pré-definido pela ciência, a diferenciação, produzida *a priori*, acaba produzindo também um escape reducionista de outras forças que se emaranham na coletividade. Os corpos ali presentes não são meros resultados de diagnósticos referenciados nas taxonomias do patológico, mas são também os pontos de partida das intervenções biomédicas, jurídicas, políticas e econômicas.

Por isso, já não é mais suficiente se valer estrita e exclusivamente das taxonomias, das diretrizes da OMS ou dos modelos do PNPIC, sobretudo, porque considero aqui a especificidade do campo que me propus investigar. A começar pela noção de *devir* em que Deleuze & Guattari (2017: 16) vão atribuir ao rizoma. No devir, a relação é sempre negociada, podendo haver deslocamentos de papeis sociais, por exemplo. Nesse caso, o cavalo não é visto como um simples animal passivo que anda ao passo enquanto é montado. Quando alguma ação do cavalo é considerada inapropriada ou insegura, a sessão é interrompida e os especialistas começam a avaliar o comportamento do cavalo antes que se prossiga com a terapia ou se tome alguma decisão. Diante disso, temos duas situações que podem ser negociadas de formas distintas: o *devir-terapeuta* e o *devir-selvagem*[18] do cavalo dependerão da decisão dos especialistas. O cavalo desempenha seu papel de terapeuta - e quando os resultados são alcançados pelo praticante, ele pode até ser comparado a um fármaco que age eficazmente.

Por outro lado, o praticante da hipoterapia se torna um cavalheiro ou uma amazona à medida que ele ou ela precisa se conectar ao dorso do cavalo sem que haja risco de queda. Enquanto isso, o terapeuta pode precisar desempenhar o papel de domador de cavalos, sempre

[18] Todos os cavalos da hipoterapia são escolhidos por critérios de comportamento (mansos) e altura (cavalos de estatura média) justamente pela razão de que esses animais não podem apresentar comportamentos agressivos ou riscos para a sessão.

atento aos movimentos e expressões do animal. Ainda segundo Deleuze & Guattari (2017: 40), essa relação "com o animal, com o vegetal, com o mundo, com a política, com o livro, com as coisas da natureza e do artifício, relação totalmente diferente da relação arborescente: todo tipo de "devires"." (2017: 40). Por essa razão, seria insuficiente sustentar a ideia de que o deslocamento de papeis ou funções é produzido *a priori*. Os desafios diários enfrentados na lida com os tratamentos fazem parte do processo de escolhas, de divergências epistemológicas entre um cientista e outro e da renúncia política a um termo ou outro.

Dessa forma, pergunto quais são os limites colocados em curso durante a relação entre terapeutas, equinos e pessoas diagnosticadas e como esse triângulo interage. No ensejo deste artigo, não pretendo esgotar o debate e nem propor metateorias etológicas a respeito do comportamento do cavalo, tampouco utilizar da perspectiva *behaviorista* para observar comportamentos humanos. A despeito desse assunto, vale mais indicar uma inflexão a partir da relação entre humanos e cavalos e contribuir para o debate bioético sobre a medicalização contemporânea da vida.

A mais emblemática forma de desterritorialização notada em campo diz respeito a modos outros de existir e são produzidos em forma de renúncias a termos unívocos. O exemplo emblemático a qual me refiro se dá pela renúncia ao universalismo médico que uma das interlocutoras expressou em um diálogo comigo durante a sessão terapêutica. Em especial, essa interlocutora me ensinou muito sobre "autismos", como ela mesma diz. Além de se apresentar como uma exímia estudiosa do tema, ela é militante da causa e membro da *Associação Brasileira Para Ação Por Direitos Das Pessoas Com Autismo (ABRAÇA).* Ela fez questão de afirmar: "vamos lembrar que existem autismos", enfatizando a pluralidade da palavra e, sobretudo, a pluralidade das experiências que cada indivíduo diagnosticado vivencia. Outro vocabulário renunciado por ela diz respeito ao uso das palavras "patologia" e "doença" atribuídas ao autismo. Em uma conversa com ela, demonstrei minha inquietação para com esses termos e a perguntei como ela preferia chamar. Ela respondeu: "eu chamo de 'condição', usualmente, parte da 'neurodiversidade'[19] humana, e chamo de 'características' do autismo o

[19] Esse termo é usado em contraposição à noção de "Neurotípico" cujo significado está associado à hipótese de que existem cérebros com funcionamento "típicos", muitas vezes sendo associado à ideia de normalidade. O termo foi cunhado pela socióloga Judy Singer que em 1999, no texto intitulado "Por que você não pode ser normal uma vez na sua vida? De um 'problema sem nome' para a emergência de uma nova categoria de diferença" (Singer, 1999). Ela, que em algum momento de sua vida foi diagnosticada com síndrome de Asperger, chamava atenção para a estigmatização do autismo.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

que o modelo médico chama de ‘sintomas’, assim como chamo de ‘stims’[20] os movimentos autorregulatórios que médicos chamam de ‘estereotipias’.”.

As representações gráficas apresentadas a seguir buscam descrever o que chamo de compatibilidade durante a relação entre os agentes envolvidos. Visto isso, a partir daqui apresento dados etnográficos que me permitiram apostar na ideia de ressignificação dos estigmas. Depois, abordo o caráter peculiar da domesticação do cavalo em contextos científicos. E por fim, as noções de devir, como já trabalhado acima, aparecem para descrever o devir-terapeuta vivido pelo cavalo. Durante a descrição das relações, propus um desenho explicativo para entender a relação entre três agentes:[21] *equino*, *pessoa diagnosticada* (ou praticante) e *terapeuta*. As situações enquadradas no desenho não representam necessariamente a separação de uma para a outra. Pelo contrário, podem acontecer simultaneamente, mas variando de acordo com a circunstância. Seguindo Donna Haraway (2003: 3), entendo por compatibilidade a forma como a relação se mostra em momentos de cooperação para que algum objetivo seja alcançado: não existem sujeitos e objetos pré-constituídos e nenhuma fonte simples, atores unitários ou extremidades finais (Haraway 2003: 3).

SITUAÇÃO 1:

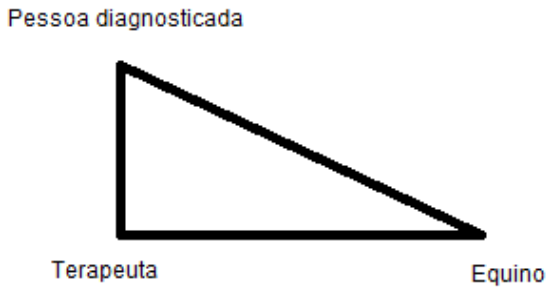


Figura 1 – Compatibilidade entre praticante e terapeuta

Na figura 1 descrevo a compatibilidade da relação entre pessoa diagnosticada e terapeuta – relação esta que pode ser entendida como intraespecífica, mas não obrigatoriamente

[20] “Stimming” ou “stim” são movimentos corporais repetitivos que autoestimulam um ou mais sentidos, de maneira regulada. A palavra é um apelido carinhoso para o termo “movimentos autoestimulatórios” e é o termo preferido por *autistas* que desejam retirar da linguagem ligada ao autismo, o peso da linguagem patológica. Sem uma boa tradução em português, “stim” vem aparecendo em diversos textos no Brasil. Em psiquiatria, stimming é conhecido como “estereotipia” ou “movimento estereotipado”.
[21] Essa tríade de relações faz parte de um mesmo instante, com as mesmas pessoas e serve aqui como um estudo de caso.

mutuamente benéfica, como bem apontou Anna Tsing (2015: 182). Antes de descrever a situação, vale ressaltar que o encaminhamento de uma pessoa para a hipoterapia é previamente definido pelas condicionantes biomédicas que estabelecem sentidos de saúde/fisiologia ou doença/patologia, de cura ou tratamento de algum diagnóstico.

Nessa primeira situação, o terapeuta trabalhou para estimular a interação entre ele e o praticante enquanto o terapeuta orienta sobre os exercícios fisioterápicos. Essa comunicação não passou necessariamente por uma interação explícita com o animal, mas pela aproximação do terapeuta com o praticante. Isto é, a interação com o animal, naquele momento, me soava como objetificada, onde o que parecia importar para aquele momento era exclusivamente o ato cinético proporcionado pelo cavalo ao andar, e não o contato visual ou o tátil com o animal. Para estimular a fala, o terapeuta iniciou uma conversa com o rapaz diagnosticado com autismo. O esforço em *humanizar* o rapaz era dependente da fala e da linguagem corporal exprimida por ele. O praticante, em variados momentos, não esboçava reações e sorrisos após o estímulo da conversa com o terapeuta. Mas quando a terapeuta parou para fazer suas necessidades fisiológicas durante a prática, o rapaz esboçou um "sorriso gostoso", contou ela.

Estimulado pelo andar do cavalo e pela conversa do terapeuta, o rapaz se tornara um humano "mais sociável" na relação intraespecífica. Quero dizer, a partir dos relatos de campo, pôde-se notar que as sessões terapêuticas também cumpriam papel pedagógico de socialização – ainda que a socialização estivesse sendo medida por meio das reações comportamentais do rapaz. Por exemplo, as interações e a expressão sonora e tátil do rapaz eram elementos que o aproximava da ideia de "social". A fala e o sorriso se configuravam como um dos pontos decisivos (e talvez antropomorfo) para que os terapeutas considerassem o êxito do tratamento: "Você viu?", me perguntou um dos terapeutas, "isso é a resposta mais clara de que as sessões [de hipoterapia] funcionam para o caso dele".

Ñanduty
ISSN:2317-8590

SITUAÇÃO 2:

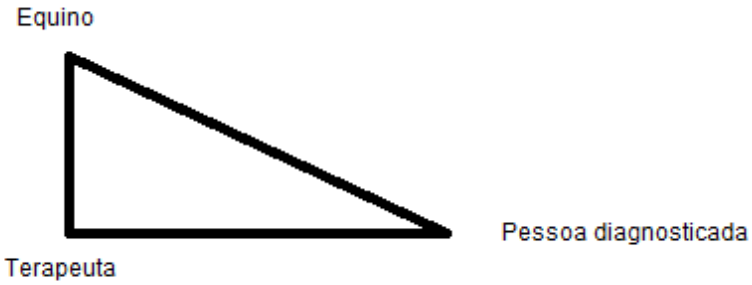


Figura 2 – Compatibilidade entre cavalo e terapeuta

Na figura 2 pretendo contar sobre a domesticação do cavalo. No cuidado com o animal, o acompanhamento veterinário é fundamental para proporcionar o bem-estar dele. Mas não só isso. O habitat deve estar de acordo com as atividades equestres recomendadas pelas instituições regulamentadoras da hipoterapia. No caso, a hipoterapia não demanda que o animal tenha ferradura, mas demanda um solo relativamente plano e com poucos obstáculos. Segundo os especialistas em cavalo com quem encontrei no campo, o chão de terra batida é confortável para os equinos, pois, mesmo com o contato do "casco" no chão, não machuca sua pata. Só a partir dessas condições ambientais é que a relação dos terapeutas com os cavalos pode ser apontada como domesticação mútua, criando o que Anna Tsing (2015: 184) chamou de teias de dependência entre espécies:

> A natureza humana é uma relação entre espécies. Longe de desafiar a genética, um recorte interespecífico para nossa espécie abre possibilidades de linhas de pesquisa tanto biológicas quanto culturais. É preciso entender mais, por exemplo, sobre as variadas teias de domesticação nas quais nós humanos nos enredamos. A domesticação é geralmente compreendida como o controle humano sobre outras espécies. Que tais relações podem também transformar os humanos é algo frequentemente ignorado. Além disso, tende-se a imaginar a domesticação como uma linha divisória: ou você está do lado humano, ou do lado selvagem. Pelo fato de essa dicotomia se basear num comprometimento ideológico [a priori] com a supremacia humana, ela apoia as mais incríveis fantasias, por um lado, de controle doméstico e, por outro lado, de autoprodução das espécies selvagens (TSING, Anna, 2015, p. 184).

Tsing trabalha bem as relações multiespecíficas por considerar que a domesticação tem duas vias que se colocam na mesma zona de troca fazendo com que o ato de domesticar seja reconhecido também naquele que é domesticado.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Em nenhum momento notei interação do terapeuta com o cavalo sem que houvesse pelo menos alguma parte da sela ou parte da cabeçada – o que chamei de objetos de domesticação. Logo, a partir daí, entendo que esses condicionamentos criados para que a hipoterapia aconteça desempenham formas híbridas de domesticação, ou seja, onde os saberes locais sobre a lida equestre se junta com as propostas terapêuticas. Isso indica um processo de domesticação nas duas direções: o comportamento do animal sem a sela e sem a cabeçada é diferente de quando ele está encilhado. O mesmo acontecia com o montador, que também precisa de "equipamentos de segurança". No entanto, as funções atribuídas a cada um desses equipamentos não são as mesmas. Na mesma medida, cada passo do cavalo só será eficaz se a zona de troca mútua estiver ativada em prol da mesma causa: o tratamento. Alguns objetos, como a sela e a cabeçada, são acoplados ao corpo do cavalo com o intuito de domar seus comportamentos e dar controle ao montador. Já o uso de capacete, cinta e bota da parte do montador tem o intuito de proteger o seu corpo e evitar lesões graves caso haja queda durante a montaria. Esse processo eu ente

O interessante da situação 2 é que em meio à relação do terapeuta com o cavalo, o terapeuta precisa da mediação da tecnologia para que ele possa coexistir sem ser estranhado pelo cavalo. No entanto, nem sempre as técnicas de "comando" e o controle das rédeas são passadas ao praticante da hipoterapia. No lugar disso, um terapeuta-guia segura o cavalo pelo cabresto indicando as direções para o animal e se fazendo presente diante do cavalo para que ele perceba que está sob comando de outra pessoa.

SITUAÇÃO 3:

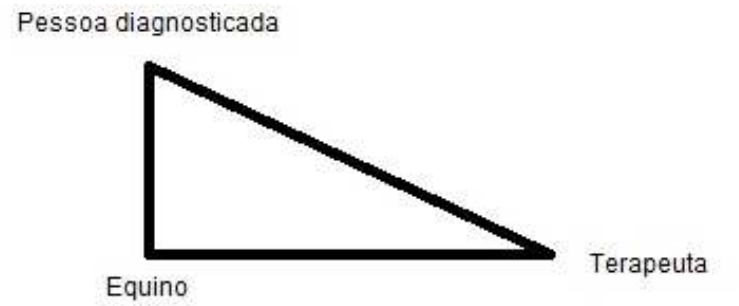


Figura 3 – Compatibilidade entre cavalo e praticante

Um fato marcante para os agentes envolvidos nesta situação está ligado ao comportamento do praticante em cima do cavalo. Durante todo o circuito percorrido, o rapaz se deita com a parte do tórax no pescoço do cavalo e fecha os olhos. Esse comportamento gerou entusiasmo da parte dos terapeutas que o acompanhavam. Já o cavalo, parece não ter esboçado

nenhum sinal explícito e direto em relação a isso, mas sua crina se mexeu, e foi notório que ele sentiu a mão do rapaz correndo pela sua crina. Como o problema da interpretação e tradução desses sinais não é um ponto a ser discutido neste trabalho, não me arrisco a dizer o que significa o comportamento do cavalo, nem tampouco o do rapaz, evitando a meta-interpretação e os problemas de correspondência partindo do argumento de Uexküll (2004: 42):

> Podemos compreender os signos de outros seres vivos se conseguirmos decodificar a estrutura exterior da semiose. Contudo, não podemos perceber (ouvir, cheirar, ver, sentir) nenhum signo estrangeiro. Isso é impedido pelo caráter privado inerente a cada signo. Traduções de processos sígnicos zoo - ou fitossemióticos em linguagem humana são interpretações de interpretações estrangeiras. Essas podem — como já disse — ser denominadas como "meta-interpretações" (Uexküll 2004: 42)

As vias pelas quais este texto percorre seguem o caminho do problema relacional. Aciono tal argumento no texto para apresentar, sob o ponto de vista de Uexküll, o quão pode se tornar problemática a tentativa de definir a representação etológica do movimento de orelha ou de um balançar de rabo do cavalo. Mesmo que isso não anule o fato de que os comportamentos são, neste contexto, avaliados, nem sempre um signo será compreendido de forma tão rápida e sob as mesmas interpretações que se espera. Sendo assim, é mais valioso para esta análise dar foco nos relatos e relatórios produzidos após a sessão terapêutica – além da observação-participante. Estes relatórios apresentam resultados e ganhos de cada praticante e são baseados em interpretações sígnicas vivenciadas durante as sessões, mas nem sempre são convencionados em uma reunião global ou em uma lei nacional. A dificuldade comparativa (seja ela entre humanos e cavalos, produzindo a relação interespecífica, seja ela entre patológico e fisiológico, numa relação intraespecífica), demanda um frequente esforço de deslocamento por parte dos profissionais articulados nessa rede.

Por isso, o deslocamento da visão antropomorfa sobre o corpo humano para uma perspectiva mais voltada para a colaboração multiespecífica que proponho aqui, não deve ser entendido como algo que está prestes a acontecer, mas como uma experiência que já está acontecendo nos centros de hipoterapia. Enquanto em alguns contextos a construção de normas e técnicas é frequentemente performada sob a égide das instituições regulamentadoras, em outros a saúde é promovida através de ampliação do repertório terapêutico e uma amplificação do espectro da "inclusão". No entanto, isso não nos permite dizer que os modelos de hipoterapia que se alastram nos moldes particulares são sempre signatários a essa ampliação.

Foi assim que este texto aspirou estender as concepções fisicalistas da hipoterapia: apresentando as formas políticas e as socialidades implicadas nesses processos de medicalização complementar e alternativa. Dessa maneira, pretendi demonstrar que a tentativa de empregar uma linguagem disciplinar – seja etológica, sociológica, jurídica ou médica - aos processos hipoterapêuticos podem desencadear meta-interpretações objetificadas da relação humanos/cavalos, anulando todo seu potencial de existência.

DA TERAPIA AO ESTADO: QUANDO EXPERIÊNCIAS SÃO MEDICALIZADAS

Após ter problematizado uma série de encontros e desencontros na proposta hipoterápica, se torna mais pertinente pensar que a heterogeneidade possível da hipoterapia está na relação de multiplicidade dos devires e nas continuidades e descontinuidades face aos eixos universalizados. Tal multiplicidade rizomática é feita por adaptações ou renúncias dos postulados face ao eixo da estigmatização e da legitimação universalizada dos corpos. Seja através das especialidades na área da saúde, seja pelo próprio olhar antropológico para a questão que guia todo o texto, os usos terapêuticos daquilo que encontramos no mundo envolvem não apenas a saúde ou a doença, mas as forças coletivas e perpendiculares que levam àquilo. A força coletiva colocada a serviço da hipoterapia envolve, desse modo, também as consequências políticas, simbólicas e linguísticas das intervenções que, na maioria das vezes, visam a convalescência. Já as perpendiculares, envolvem a volição e agência de alguns outros participantes que se cruzam com os eixos centralistas. É o caso dos cavalos, das pessoas que praticam a atividade equestre, dos terapeutas, dos objetos de domesticação, familiares, dos movimentos inesperados advindos de micro-organismos e das atividades bioquímicas dentro de cada corpo, e tudo aquilo que pode também contar como força latente nessa relação, podendo alterar o seu rumo a cada instante.

A depender do contexto, um mesmo fenômeno pode ser compreendido por ciências distintas e distantes: sob o âmbito das categorias médicas de *saúde-doença*, ou das categorias sociológicas de *inclusão social* – ou ambas. A experiência, o diagnóstico, a intervenção e o tratamento são práticas que assumem formas múltiplas, e em momentos distintos da vida: antes, durante e depois das sessões terapêuticas. Por essa razão, um infortúnio, uma intervenção técnica ou uma ilação científica qualquer que esteja sob influência do conjunto de práticas da modernidade corre o sério risco de se redefinir e, como disse Latour (2019: 20-21), de criar "híbridos de natureza e cultura" conectados em uma "cadeia contínua" (2019: 21).

Apesar de contra-indicada, a automedicação é praticada de maneira incomensurável e corriqueira nas rotinas de muitas pessoas. Outras, depois de sofrer efeitos colaterais e indesejáveis, decidem evitar o uso de medicamentos. Mas como agir diante de algum mal-estar ou moléstia que compromete a autonomia da pessoa no cotidiano? Como aposta, algumas pessoas não esperam pela prescrição médica da hipoterapia, mas ao contrário, levam ao médico o conhecimento dessa prática. Após reivindicações, renúncias e questionamentos epistemológicos feitos ao seu modelo universalista, as ciências do corpo passaram a reunir esforços para mostrar uma consciência mais *holística* dos corpos. Apresentou medicamentos de base orgânica como os fitoterápicos e, mais recentemente, as terapias que não utilizam de algum princípio ativo sintético para alcançar "eficácia", como as zooterapias.

Contudo, não seria supérfluo indagar se as redes de cuidados com a saúde, ao negarem os procedimentos medicamentosos, passam a operar fora das cadeias multiespecíficas de coexistência das vidas em jogo? Essas redes, inseridas em paisagens multiespecíficas, estariam isentas das preocupações éticas e políticas da hipoterapia?

Algumas práticas como, andar a cavalo, fazer esportes, tocar e ouvir música, pintar um quadro, praticar ioga, receber massagem ou tomar um chá, passaram a ganhar estatuto terapêutico. Abarcadas pelas diversas ciências do corpo em suas formas de especialização, essas práticas não podem ser vistas de forma individualizada e alheia aos processos políticos, sociais e econômicos que atravessam os corpos diagnosticados – ou autodiagnosticados.

As políticas públicas de promoção à saúde complementar e integrativa, tramitações políticas e jurídicas que visam regulamentar as terapias assistidas por animais, o desenvolvimento de pesquisas biomédicas sobre o assunto, as prescrições, recomendações e contra-indicações por parte dos profissionais da saúde, a busca por tratamentos terapêuticos, pela domesticação de animais de trabalho, cuidados e direitos dos animais, são formas e efeitos de relações de saber-poder, como bem demonstrou Foucault (1989: 84). A partir do final do século XIX e início do século XX, o corpo humano se tornou o foco de processos de individualização, principalmente por vias de ascensão do liberalismo, ao ser investido pelos saberes da economia, biologia, psiquiatria, medicina e criminologia (Foucault 1989: 84). Esses saberes estariam então a serviço da instituição do Estado, produzindo efeitos e formas precisas de governança. As populações de cavalos terapeutas nos contextos urbanos e rurais, bem como as pessoas praticantes de hipoterapia servem tanto como fonte das ações, quanto como

destinatárias das ações legais e políticas do Estado.[22] Tais poderes não produzem apenas efeitos de repressão ou de exclusão, produzem também efeitos positivos no nível do desejo e no nível dos saberes (Foucault 1989: 84).

A esse modo, com o presente texto, busquei me somar aos debates da antropologia da ciência e da tecnologia sob o prisma etnográfico produzido junto aos atores da hipoterapia – cientistas, cavalos e praticantes. Com isso, procurei levantar questões que podem, eventualmente, suscitar discussões que objetivam deslocar o entendimento moderno sobre as técnicas do corpo (e a ele direcionadas) para um entendimento localizado, isto é, onde as práticas de hipoterapia possam ser contextualizadas como processos abertos e emergentes de socialização e politização da vida.

Essa tentativa exige, portanto, assumir uma postura dialógica que permita enxergar continuidades, contiguidades e as discrições que escapam do entendimento fisiológico, legal ou universal sobre o corpo – tanto dos humanos quanto dos cavalos. Seja esse deslocamento em direção a uma visão holística do corpo, seja ele indo em direção à negação das visões integrativas de saúde, a trama que aqui busquei apresentar é apenas o início de uma empreitada que envolve paisagens multiespecíficas e uma domesticação mútua entre humanos e cavalos terapeutas.

Essas redes exigem que nos desprendamos da visão segmentada dos corpos humanos e equinos, e da visão segmentada de saúde e doença, para só assim pensarmos os limites e potências da socialização na hipoterapia. Por esta razão, procurei defender a urgência pluridisciplinar que nos deparamos atualmente, especialmente ao tratarmos de assuntos que frequentemente escapam dos domínios das ciências da natureza e invadem domínios outros da vida – sejam eles chamados de sociais, políticos ou culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorei neste texto as múltiplas possibilidades ressurgentes da biomedicina ocidental moderna. Após levantar alguns apontamentos de contextos da materialidade pré-histórica ao

[22]Sobre políticas disciplinares e investidas de saber-poder por parte do Estado às populações humanas e de cavalos, ver o texto "Dos sentidos da carroça: cavalos urbanos em disputa por carroceiros e por empreendedores da libertação animal", de Ricardo Alexandre Pereira de Oliveira & Emmanuel Duarte Almada (2019) em que os autores descrevem a luta judicial de carroceiros da região metropolitana de Belo Horizonte contra projetos de lei municipais que proíbem o trânsito de carroças pela cidade com a justificativa, infundada, de maus-tratos. Disponível em:< https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/issue/view/82>.

que tange a relação humanos-equinos, da história mais recente das culturas equestres, e de esmiuçar notas sobre contextos políticos e éticos no que diz respeito à participação do cavalo nos territórios tecno-científicos, observei a construção do fato científico na hipoterapia: a eficácia simbólica dos movimentos motores.

A partir dos estudos de Ivana Teixeira e Luiz Botelho, constatei que a construção da técnica hipoterapêutica só se tornou viável e aceita nos dias de hoje por ser um empreendimento investido de argumento científico e político ao longo da história. Nesse sentido, a hipótese científica foi reforçada pelas experiências de ganhos pedagógicos e biológicos relatadas pelas pessoas praticantes da hipoterapia. Os corpos, que ora experimentam vivências fora do estatuto da medicalização moderna universalista, acabam por serem abarcados pelos contextos de terapeutização e tratamentos complementares que atuam sob a égide da eficácia biomédica. No entanto, o êxito biomédico só se tornou evidência científica ao se associar aos argumentos pedagógicos e políticos ao longo do espaço e do tempo. Seja por negar as medicinas tradicionais, seja por considerá-las complementares, as expectativas apriorísticas da eficácia e do universalismo legalista são frequentemente diluídas nas tentativas de ressignificação da relação entre humanos e cavalos.

Para tanto, com os esquemas explicativos busquei trazer de volta o universo de eventos possíveis que podem exigir uma lida diferente de acordo com cada situação e ressignificar cada agenciamento sob a forma de devires.

Contextualizado nos centros de hipoterapia, pôde-se notar que não são apenas os discursos biomédicos que vêm se inovando em termos de produção de espectros dos diagnósticos e suas intervenções terapêuticas - seja retirando algumas condições de vida da categoria de *doença* ou incluindo condições outras ao estatuto da medicalização -, mas também as políticas públicas e a legislação. Ao se tornarem renunciantes do modelo convencional da medicina moderna ocidental, e movidos para outros contextos, os fenômenos e as experiências do cotidiano são associados ao estatuto da medicalização complementar. Desse modo, ao adaptar seus postulados científicos que dizem respeito às categorias de *saúde-doença* e *tratamento-cura*, a medicalização contemporânea produziu efeitos outros que podem alcançar os âmbitos simbólicos, subjetivos, políticos e econômicos da vida. Posta na arena do debate público, ela agora é artifício legal, moral, científico e técnico; transitando em ambientes diversos em que os resultados alcançados são frequentemente exaltados pelos praticantes da terapia.

Concluindo, caminhar *ao passo*, no ritmo sereno do cavalo, é uma prática específica de montaria que, associada às ciências médicas, se torna mais ainda peculiar. Exigindo uma determinada sincronia de movimentos entre humanos e cavalos, para que se alcancem os êxitos do tratamento, essa complexa conexão de corpos dificilmente contemplará a legislação apresentada acima. Por isso, a hipoterapia se mostra promissora para os "tratamentos" de diversas condições de vida, exigindo recursos diversos que escapam aos universalismos jurídicos, políticos ou científicos. Se ela, a hipoterapia, é comparada com a agência dos fármacos (de acordo com os registros etnográficos), o que então esperar dos efeitos colaterais, isto é, dos desdobramentos múltiplos que atingem ontologias variantes e domínios outros da vida como a ciência, política e a ética?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

BRASIL. Ministério da Saúde. 2018. *Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS.* 1ª ed. Brasília, Ministério da Saúde.

COULTER, Kendra. 2016. *Animals, Work, and the Promise of Interspecies Solidarity*.1ª edição. Londres, Palgrave Macmillan.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 2017. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. *Vol. 1*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora 34.

FOUCAULT, Michel. 1989. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.

GIDDENS, Anthony. 1991. *As consequências da Modernidade.* Tradução de Raul Fiker. São Paulo, Editora Unesp.

HARAWAY, Donna. 2003. *O Manifesto das Espécies de Companhia: Cães, Pessoas e a Outridade Significante*. Tradução de Sandra Michelli da Costa Gomes. Chicago, PricklyParadigm Press.

ILLICH, Ivan. 1975. *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. Tradução de José Kosinski de Cavalcanti. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

LATOUR, Bruno. 2019. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica.* 4ª ed. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo, Editora 34.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. 1997. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora RelumeDumará.

LEI FEDERAL nº 13.830, 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 2008. *Antropologia Estrutural*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo, Cosac Naify.

ORTEGA, Francisco; VIDAL, Fernando. 2019. *Somos nosso cérebro? Neurociências, subjetividade, cultura*. 1ª ed. Tradução de Alexandre Martins. São Paulo, n-1 edições.

Artigo em Coletâneas

ADELMAN, Miriam; THOMPSON, Kirrilly. 2017. "IntroductiontoEquestrianCultures in Globaland Local Contexts". In: ADELMAN, Miriam; THOMPSON, Kirrilly (eds.). *Equestrian Cultures in Global and Local Contexts*. Curitiba, Springer; Wayville, Springer, p.1-14.

BAYLES, Grégory; BEMILLI, Céline. 2009. "Aurignacian animal exploitation at Solutré (Saône-et-Loire, France)". In FONTANA, L. et al. (eds.). *In search of total animal exploitation by Upper Palaeolithic and Mesolithic hunter-gatherer societies*. Lisboa, Proceedings of the XV th UISPP congress 2006. Oxford, BAR International Series, X, 2009, p.37-47.

PICKEL-CHEVALIER, Sylvine. 2017. "Globalization and Equestrian Culture: The Case of Equitation in the French Tradition". In: ADELMAN, Miriam; THOMPSON, Kirrilly (eds.). *Equestrian Cultures in Global and Local Contexts*. Curitiba, Springer; Wayville, Springer, p.81-104.

Artigo em periódico

BERNÁLDEZ-SÁNCHEZ, Eloísa; GARCÍA-VIÑAS, Esteban. 2019. "The equids represented in cave art and currenthorses: a proposal to determine morphological differences and similarities". Anthropozoologica, Paris, 54(1):1-12.

BOTELHO, Luiz A. de Arruda. 1997. "A hipoterapia na medicina de reabilitação". *Revista Acta Fisiátrica*, São Paulo, 4(1): 44-46.

SEGATA, Jean et al. 2017. "Apresentação". *Horizontes Antropológicos: antropologia e animais*, Porto Alegre, 9-16.

SOUZA, Iara Maria de Almeida. 2017. "Corpos comensuráveis: produção de modelos animais nas ciências biomédicas". *Horizontes Antropológicos: antropologia e animais*, Porto Alegre, 275-302.

TEIXEIRA, Ivana. 2016. "Relações interespecíficas de cuidado no sistema convencional brasileiro: uma análise antropológica sobre a dinâmica da zooterapia". *Iluminuras*, Porto Alegre, 17(42): 390-424.

TSING, Anna. 2012 [2015]. "Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras". *Ilha*, Florianópolis,17(1): 178-201.

UEXKÜLL, Thure Von. 2004. "A teoria da Umwelt de Jakob von Uexküll". *Galáxia*, São Paulo,7: 19-48.

Monografia, dissertação e teses acadêmicas

MAGALDI, Felipe. 2018. *A Unidade das Coisas Nise da Silveira e a genealogia de uma psiquiatria rebelde no Rio de Janeiro, Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Trabalhos obtidos na Internet

ALMADA, Emmanuel Duarte; OLIVEIRA, Ricardo Alexandre Pereira de. 2019. *Dos sentidos da carroça: cavalos urbanos em disputa por carroceiros e por empreendedores da libertação animal*. In: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/2858

CESARINO, Letícia. 2015. *Estudos pós-coloniais da ciência e tecnologia: desafios e possibilidades*. In: http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/issue/view/70

GOFFMAN, Erving. 1891 [2004]. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Mathias Lambert. In: http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. 2019. *WHO Global Reporton Traditional and Complementary Medicine*. Geneva, 2019. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. In: https://www.who.int/health-topics/traditional-complementary-and-integrative-medicine#tab=tab_1